

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Raimundo Garcia Neto

Mestrando da Facultad de Ciencias Sociales interamericana/FICS, do programa de pós-graduação em ciências da educação

<https://lattes.cnpq.br/5418177506878492>

<https://orcid.org/0009-0003-2836-317X>

E-mail: netogarciarepresentante@hotmail.com

Jaqueline Mendes Bastos

Professora orientadora. Faculdade Interamericana de Ciências Sociais/FICS.

<http://lattes.cnpq.br/7200475874198011>

<https://orcid.org.0000-0002-1265-9078>

E-mail: jaquelinebastos321@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N4-32>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo discutir a educação financeira no Brasil, suas dificuldades e avanços, especialmente em relação à inclusão nas escolas públicas e às desigualdades socioeconômicas que impactam o letramento financeiro da população. Parte-se da problematização sobre como a educação financeira pode contribuir para a autonomia, responsabilidade e pensamento crítico dos indivíduos diante de um contexto marcado pelo endividamento, consumo acelerado e desigualdades sociais. Analisam-se programas como o Aprender Valor, do Banco Central, e diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que buscam incorporar o tema nas escolas, enfrentando desafios como a formação docente, a adaptação dos conteúdos à realidade dos estudantes e a necessidade de uma abordagem crítica e contextualizada. A metodologia envolve revisão bibliográfica, análise documental e dados oficiais do Banco Central. Os resultados indicam que, apesar dos avanços institucionais, o letramento financeiro ainda é insuficiente, sobretudo entre grupos vulneráveis, e que políticas públicas contínuas e integradas são essenciais para promover uma educação financeira crítica, inclusiva e eficaz. Conclui-se que a educação financeira deve ser entendida como ferramenta social e emancipatória, capaz de contribuir para a redução das desigualdades e para o desenvolvimento de cidadãos conscientes e preparados para os desafios econômicos da vida cotidiana.

PALAVRAS-CHAVE: Educação financeira. BNCC. Matemática.

FINANCIAL EDUCATION IN BASIC EDUCATION: CHALLENGES AND PERSPECTIVES

ABSTRACT: This article aims to discuss financial education in Brazil, its difficulties and advances, especially in relation to inclusion in public schools and socioeconomic inequalities that impact the population's financial literacy. It starts from the problematization of how financial education can contribute to the autonomy, responsibility and critical thinking of individuals in a context marked by debt, accelerated consumption and social inequalities. Programs such as Aprender Valor, from the Central

Bank, and guidelines from the National Common Curricular Base (BNCC) are analyzed, which seek to incorporate the topic in schools, facing challenges such as teacher training, the adaptation of content to the students' reality and the need for a critical and contextualized approach. The methodology involves bibliographic review, document analysis and official data from the Central Bank. The results indicate that, despite institutional advances, financial literacy is still insufficient, especially among vulnerable groups, and that continuous and integrated public policies are essential to promote critical, inclusive and effective financial education. It is concluded that financial education must be understood as a social and emancipatory tool, capable of contributing to the reduction of inequalities and the development of conscious citizens prepared for the economic challenges of everyday life.

KEYWORDS: Financial education. BNCC. Mathematics.

INTRODUÇÃO

A educação financeira tem se mostrado uma competência fundamental para a autonomia e responsabilidade dos indivíduos na gestão dos seus recursos, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e econômicas. Este artigo tem como objetivo discutir a educação financeira no Brasil, analisando suas possibilidades e desafios, sobretudo no âmbito escolar, diante de indicadores preocupantes como o alto endividamento familiar e o baixo letramento financeiro da população. A abordagem adotada envolve a análise crítica de documentos normativos, programas públicos, e pesquisas recentes, com destaque para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Programa Aprender Valor, criado pelo Banco Central do Brasil. Autores como Xavier (2022), Teixeira (2023), Toderó, Koglin e Mattana (2023), além de dados oficiais do Banco Central e do Banco de Desenvolvimento da América Latina, fundamentam a discussão, trazendo perspectivas sobre a relevância da educação financeira enquanto ferramenta de empoderamento social e individual.

O artigo está organizado em duas partes, inicialmente, apresenta-se o panorama da educação financeira no Brasil e seus principais desafios. Em seguida, são analisados os programas e políticas públicas voltados para a sua implementação nas escolas, que visa discutir as desigualdades e limitações que impactam a efetividade dessas iniciativas, enfatizando a necessidade de uma abordagem crítica e contextualizada para a formação de cidadãos economicamente conscientes.

PANORAMA E IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

A educação financeira é uma temática de grande relevância no campo educacional, uma vez que contribui significativamente para a formação integral do indivíduo e para o exercício pleno da cidadania. Nessa perspectiva, podemos perceber nas Bases Nacionais Comum Curricular (BNCC), na competência específica na área da matemática:

Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing. Essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos conceitos da Matemática Financeira e também proporcionar contextos para ampliar e aprofundar esses conceitos (BNCC, 2018, p. 267).

Nesse contexto, é apresentado na BNCC, uma concepção de educação financeira que dialoga com os princípios da formação integral e da interdisciplinaridade, fundamentais para uma educação significativa. Essa visão amplia o foco tradicional da matemática financeira, frequentemente restrita a cálculos e fórmulas, e propõe uma aprendizagem contextualizada, crítica e socialmente relevante. Entretanto, a efetivação dessa proposta ainda enfrenta desafios nas práticas escolares, pois muitos currículos tratam a educação financeira de forma fragmentada, desvinculada das realidades socioculturais dos alunos.

É necessário que as escolas adotem metodologias que promovam a reflexão sobre o consumo, o trabalho e a desigualdade, favorecendo uma compreensão crítica da economia e de suas implicações éticas e sociais. Inspirada em princípios freireanos, essa abordagem possibilita que o aluno se reconheça como sujeito histórico, capaz de

compreender e transformar sua relação com o dinheiro e o consumo, superando a visão instrumental e tecnicista da educação financeira.

Por sua natureza interdisciplinar, a educação financeira também enriquece o currículo escolar ao dialogar com diferentes áreas do conhecimento, como Matemática, Geografia, Sociologia e Ética, favorecendo uma aprendizagem contextualizada e significativa. Além disso, ao estimular a reflexão sobre o consumo consciente e o uso sustentável dos recursos, essa temática contribui para a formação de cidadãos comprometidos com a sustentabilidade e o bem comum.

Para Teixeira (2022), a educação financeira é um instrumento de qualificação individual, destacando sua importância para a tomada de decisões conscientes sobre o uso do dinheiro. Ele ressalta aspectos técnicos relevantes como controle de gastos, investimentos, avaliação de riscos e planejamento que realmente compõem um repertório indispensável no mundo contemporâneo.

A educação financeira possibilita à pessoa se tornar mais qualificada a tomar decisões sobre o que fazer com seu dinheiro. Dentre essas qualificações possibilita à pessoa aprender sobre economia, controle de gastos, aplicações e investimentos, avaliar riscos e oportunidades, planejar sua vida e seu futuro (Teixeira, 2022, p. 4).

O autor apresenta uma percepção crítica que dialoga diretamente com princípios fundamentais da BNCC, especialmente no que diz respeito à formação integral do estudante e ao desenvolvimento de competências que vão além de habilidades técnicas. Nessa perspectiva, embora a educação financeira esteja prevista como um dos temas contemporâneos a serem abordados de forma transversal, a BNCC enfatiza que esse ensino deve considerar o contexto social, cultural e econômico dos alunos, evitando interpretações que responsabilizem exclusivamente o indivíduo por sua situação financeira.

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BNCC, 2018, p. 8).

Nesse contexto, a BNCC vem enfatizar que o conhecimento não é algo neutro ou puramente técnico, mas um patrimônio coletivo construído ao longo da história humana. Valorizar esses saberes significa reconhecer que compreender o contexto social, cultural

e digital, exigindo uma leitura contextualizada da realidade, que leve em conta as experiências, lutas, conquistas e transformações acumuladas pela sociedade. Essa perspectiva rompe com visões fragmentadas de aprendizagem e reforça que educar é também inserir o sujeito em uma teia de sentidos produzidos historicamente.

A ideia de que os conhecimentos devem ser utilizados para “entender e explicar a realidade” dialoga diretamente com a importância da educação financeira na formação crítica dos indivíduos. Assim a BNCC enfatiza que o estudante deve superar a posição de simples receptor de informações, precisa ir além das instruções técnicas sobre como poupar, investir ou controlar gastos. Sua função mais profunda é permitir que o indivíduo interprete os mecanismos econômicos que moldam sua vida cotidiana, compreenda o impacto das desigualdades e reconheça como decisões financeiras são influenciadas por fatores sociais, políticos e culturais.

Ao estimular a análise de desigualdades e a capacidade de questionar discursos prontos, a educação financeira se torna um instrumento para desnaturalizar ideias como a de que o sucesso econômico depende apenas de esforço pessoal. Ela permite entender que o cenário financeiro é marcado por relações de poder, por estruturas que favorecem alguns grupos e dificultam o acesso de outros, e por dinâmicas próprias do sistema econômico como juros, crédito, inflação e precarização do trabalho que afetam diretamente a autonomia financeira das pessoas.

Ao relacionar educação financeira às mudanças tecnológicas e culturais é fundamental em uma sociedade cada vez mais digitalizada. Novos meios de pagamento, plataformas de crédito rápido, bancos digitais e estímulos constantes ao consumo exigem que o indivíduo tenha consciência crítica para tomar decisões informadas, identificar riscos e resistir a práticas financeiras que podem levar ao endividamento.

Portanto, ao conectar educação financeira com o ato de interpretar a realidade de maneira crítica, compreende-se que sua relevância não está apenas na gestão do dinheiro, mas na formação de cidadãos capazes de compreender o sistema econômico, agir de forma consciente e participar socialmente de modo mais responsável e informado.

PROGRAMAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

De acordo com Xavier (2022), a educação financeira é uma competência necessária para que o indivíduo consiga administrar seus recursos com autonomia e responsabilidade. Essa ideia é bastante pertinente, especialmente em um contexto social no qual o dinheiro não é apenas um meio de troca, mas também um marcador simbólico de status, qualidade de vida e acesso a oportunidades.

A educação financeira reflete, basicamente, a capacidade de o indivíduo compreender questões relacionadas com as finanças para poder gerenciar bem seus recursos. O dinheiro é um elemento arraigado na sociedade e associado ao sucesso, competência, bem-estar, bem como ao acesso a serviços de saúde, lazer, educação, cultura, entre outros fatores. Saber, portanto, como gerir as finanças é algo que precisa fazer parte da vida das pessoas, atualmente (Xavier, 2022, p. 3).

Nessa perspectiva, o contexto brasileiro é marcado pelo consumo exacerbado, pela facilidade de acesso ao crédito e pelo aumento do endividamento das famílias, torna-se essencial desenvolver, desde a escola, competências que permitam aos sujeitos compreenderem e administrar de forma consciente os recursos financeiros. Como afirma Teixeira, (2023, p. 11):

No Brasil, apesar dos recentes esforços para melhorar o conhecimento dos indivíduos sobre finanças pessoais, tem-se observado indicadores alarmantes de endividamento e inadimplência. Segundo dados do Banco Central do Brasil (BCB, 2020), em dezembro, cerca de 67,4% das famílias brasileiras possuíam algum tipo de dívida. Além disso, em 2020, a taxa média de juros para pessoas físicas no Brasil era de aproximadamente 40% ao ano, o que agravava ainda mais a situação financeira dos indivíduos.

Os dados apresentados revelam que o superendividamento no Brasil, não é um fenômeno isolado ou recente, mas o resultado de uma estrutura financeira que combina baixos níveis de educação econômica com custos elevadíssimos de crédito. Ou seja, mais do que ensinar a poupar ou controlar gastos, a educação financeira visa promover a autonomia, a responsabilidade e o pensamento crítico, possibilitando que cada pessoa tome decisões fundamentadas e éticas diante das demandas econômicas da vida cotidiana.

Além de favorecer o desenvolvimento individual, a educação financeira assume um papel social relevante ao contribuir para a redução da desigualdade e para a inclusão econômica. Ao compreender conceitos como orçamento, juros, crédito e investimento, o

indivíduo torna-se apto a participar de forma mais ativa e segura do sistema financeiro, diminuindo sua exposição a práticas abusivas e ampliando suas oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

Todero, Koglin e Mattana (2023), destacam a relevância da educação financeira como um instrumento essencial para a vida em sociedade, especialmente em um contexto dinâmico e repleto de desafios econômicos. Eles afirmam que a educação financeira não deve ser compreendida apenas como o domínio de habilidades técnicas, mas como um processo de capacitação que possibilita a tomada de decisões conscientes, o alcance de metas pessoais e a segurança diante das incertezas econômicas. Em contrapartida, a ausência desse conhecimento pode gerar consequências negativas, como o endividamento, a insegurança e a perda de oportunidades, o que evidencia a importância de desenvolver competências financeiras desde a formação escolar.

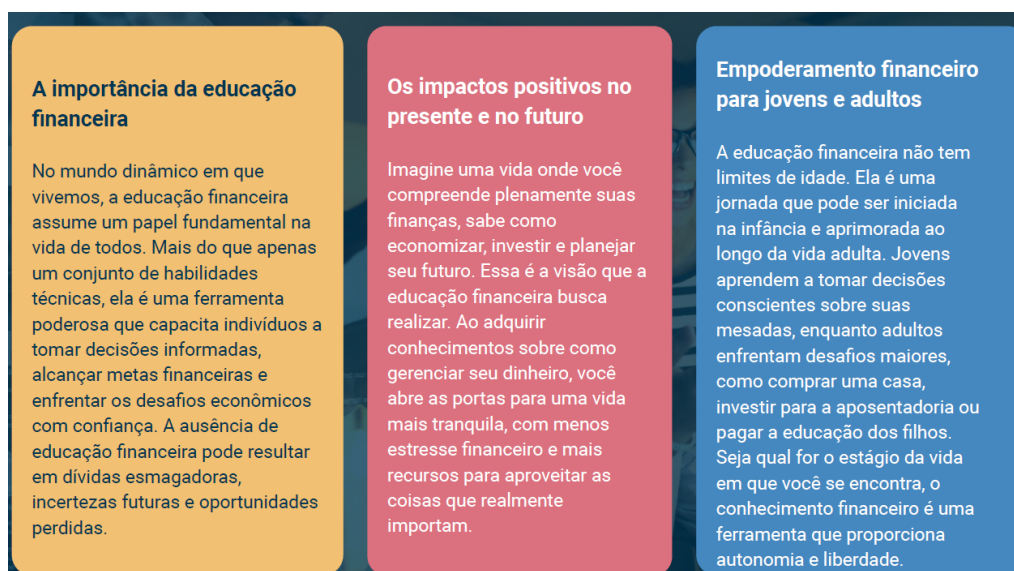
No mundo dinâmico em que vivemos, a educação financeira assume um papel fundamental na vida de todos. Mais do que apenas um conjunto de habilidades técnicas, ela é uma ferramenta poderosa que capacita indivíduos a tomar decisões informadas, alcançar metas financeiras e enfrentar os desafios econômicos com confiança. A ausência de educação financeira pode resultar em dívidas esmagadoras, incertezas futuras e oportunidades perdidas (Todero; Koglin; Mattana, 2023, p.10).

Nesse sentido, os autores apresentam uma perspectiva funcional e emancipadora da educação financeira, reconhecendo-a como elemento indispensável à autonomia e à estabilidade econômica dos indivíduos. Essa visão é coerente com o cenário atual, em que o consumo acelerado, a facilidade de crédito e as transformações do mercado de trabalho exigem uma compreensão mais ampla das finanças pessoais e sociais. Contudo, é importante que a educação financeira, ao ser incorporada no contexto educacional, não se limite à capacitação técnica voltada à eficiência individual, mas seja abordada de maneira crítica e reflexiva.

Abaixo apresentamos um quadro criado pelos autores Todero, Koglin e Mattana (2023), o quadro destaca, de maneira didática e visualmente organizada, três dimensões centrais da educação financeira, sua relevância na vida cotidiana, seus efeitos ao longo do tempo e seu papel na autonomia de diferentes faixas etárias. A primeira coluna reforça que lidar com recursos financeiros não é apenas uma habilidade técnica, mas uma

competência essencial para tomar decisões responsáveis e evitar situações de vulnerabilidade econômica. Já a segunda coluna amplia essa ideia ao mostrar que o domínio das finanças pessoais não traz apenas benefícios imediatos, mas influencia diretamente a qualidade de vida futura, possibilitando escolhas mais seguras e menos estressantes.

O painel dedicado ao empoderamento financeiro evidencia que esse aprendizado deve ser contínuo e adaptado ao momento de vida de cada pessoa, desde as primeiras experiências com dinheiro até decisões complexas da fase adulta.



Fonte: Todero, Koglin e Mattana (2023, p. 10)

O conjunto do quadro transmite a mensagem de que a educação financeira, quando incorporada desde cedo e reforçada ao longo da vida, funciona como uma ferramenta de autonomia, planejamento e liberdade.

Nesse sentido no Brasil, a educação financeira não é trabalhada nas escolas como deveria. Embora a BNCC a reconheça como um tema transversal e essencial para a formação dos estudantes, na prática sua abordagem ainda é limitada e, muitas vezes, restrita a conteúdos matemáticos, como porcentagem, juros e cálculos de consumo. Falta uma perspectiva mais crítica que permita ao aluno compreender o sistema econômico em que está inserido, analisar desigualdades, questionar padrões de consumo e entender como fatores sociais, culturais e tecnológicos influenciam suas decisões financeiras.

Outro desafio significativo é a falta de formação específica para os docentes, o que faz com que muitos se sintam despreparados para tratar de assuntos como crédito, endividamento, inflação, planejamento financeiro e responsabilidade econômica a realidade dos estudantes marcada, em muitos casos, por vulnerabilidade econômica, trabalho informal e dificuldades financeiras familiares raramente é considerada no processo de ensino.

Assim, a educação financeira acaba sendo apresentada de forma desconectada da vida real, quando deveria dialogar com o cotidiano dos alunos e oferecer ferramentas para que eles compreendam e enfrentem os desafios do contexto em que vivem. Diante disso, fica evidente que, apesar de sua presença formal no currículo, a educação financeira ainda não alcança a profundidade e a relevância necessárias para formar cidadãos críticos, conscientes e capazes de tomar decisões mais seguras em um mundo cada vez mais complexo e desigual.

Nesse seguimento, o Banco Central do Brasil (BCB), criou um programa chamado Aprender Valor, o que representa um esforço significativo para inserir a educação financeira no contexto escolar brasileiro, reconhecendo que a formação sobre o uso consciente do dinheiro deve começar desde cedo. Ao direcionar suas ações para estudantes do ensino fundamental de escolas públicas, o programa busca reduzir desigualdades de acesso a informações financeiras e oferecer ferramentas que permitam aos jovens compreenderem, de forma crítica, o funcionamento do sistema econômico.

O Aprender Valor é um programa do Banco Central (BC) que ajuda professores, escolas e redes de ensino a levar educação financeira às salas de aula brasileiras. Durante seu período de implantação, entre junho de 2019 e junho de 2024, o foco do programa esteve nos estudantes de escolas públicas brasileiras de ensino fundamental. A implantação do programa foi financiada com recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), e desenvolvida em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF) (BCB, 2024, p. 3).

No entanto, é importante refletir sobre os limites dessa iniciativa. Embora o financiamento por meio do Fundo de Defesa de Direitos Difusos e a parceria com instituições de ensino superior garantam respaldo técnico e estrutural, a eficácia do programa depende da capacitação adequada de professores, da adaptação dos conteúdos

à realidade de cada comunidade e da continuidade das ações após a fase de implantação. A abordagem do Aprender Valor também levanta questões sobre a forma como a educação financeira é compreendida: se apenas como prática de consumo consciente e planejamento pessoal ou se como uma oportunidade de desenvolver pensamento crítico sobre desigualdades, políticas econômicas e impactos sociais do dinheiro.

O programa é louvável e necessário, mas seu verdadeiro potencial só será alcançado se for capaz de ir além do ensino de conceitos financeiros e se engajar na construção de cidadãos conscientes, capazes de analisar o contexto social e econômico em que vivem, reconhecendo as limitações estruturais e os desafios coletivos que influenciam suas escolhas financeiras.

Nessa perspectiva, de acordo com o BCB (2024), os dados levantados pelas pesquisas do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), no ano de 2020, e do Banco Central em parceria com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) em 2023, revelam um quadro persistente de fragilidade no letramento financeiro da população brasileira. Embora haja algum reconhecimento conceitual básico como a compreensão geral da inflação a maior parte das pessoas ainda encontra dificuldades quando precisa lidar com operações financeiras simples, como calcular juros. Isso evidencia que o acesso à informação não se traduz necessariamente em competência prática.

O desempenho mais baixo entre mulheres, idosos, famílias de baixa renda e moradores do Nordeste reforça como a educação financeira se entrelaça com desigualdades sociais mais amplas. Grupos mais vulneráveis tendem a enfrentar desafios estruturais que limitam tanto o acesso à educação de qualidade quanto oportunidades de desenvolver habilidades financeiras ao longo da vida. Assim, as lacunas observadas não são apenas resultado de desconhecimento individual, mas refletem desigualdades históricas que se reproduzem em diferentes dimensões (BCB, 2024).

Em 2020, uma pesquisa conduzida pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) para avaliar habilidades financeiras dos brasileiros indicou que metade da população declara ter pouco conhecimento sobre assuntos financeiros. Somente um em cada dois brasileiros se mostravam conscientes de que o dinheiro perde valor com a inflação. Cerca de dois em cada três brasileiros não sabiam calcular uma taxa de juros simples. Mais recentemente, em 2023, o BC, com apoio do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), aplicou pesquisa para

avaliar o letramento financeiro da população. Os resultados indicaram que, em uma escala de 0 a 100, o letramento financeiro dos brasileiros ficou em 59,6 pontos, e 75% dos entrevistados pontuaram no máximo setenta. Os resultados indicaram que o letramento financeiro foi significativamente menor em alguns grupos específicos, como mulheres, idosos, pessoas com renda familiar de até dois salários-mínimos e moradores da região Nordeste. Especificamente quanto ao conhecimento financeiro, apenas 14,3% conseguiram fazer um cálculo de juros simples; e 85% conhecem inflação como o aumento generalizado do custo de vida. Porém, um percentual menor, de 54%, respondeu corretamente à questão sobre a influência da inflação sobre o poder de compra (BCB, 2024, p. 4).

A pontuação média de 59,6 na escala de letramento financeiro, com três quartos da população abaixo dos 70 pontos, mostra que o país ainda precisa avançar muito para que os cidadãos tenham autonomia em suas decisões econômicas. Sem esse repertório, as pessoas ficam mais expostas ao endividamento, ao uso inadequado de serviços financeiros e à dificuldade de planejamento de longo prazo. Portanto, as pesquisas reforçam a urgência de políticas públicas contínuas, que não apenas ofereçam informação, mas promovam aprendizagem significativa e contextualizada, capaz de fortalecer a capacidade das pessoas de analisar, decidir e agir de forma consciente em relação ao próprio dinheiro.

Como afirma o Banco Central do Brasil (2024, p. 4) “Esses dados demonstram que ainda há muito avanço a ser feito na educação financeira de nossas crianças, jovens e adultos”. Nesse seguimento, a inclusão da educação financeira como tema transversal na BNCC, em 2017, representa um marco na tentativa de aproximar a escola das demandas reais da vida cotidiana. Ao reconhecer que o conhecimento sobre finanças não deve ser tratado como conteúdo isolado, mas integrado às diversas áreas do currículo, o documento oficial sinaliza que a formação cidadã passa também pela capacidade de lidar com escolhas econômicas, consumo responsável e planejamento.

Em paralelo a isso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, estabeleceu que a educação financeira deve ser trabalhada de forma transversal nas escolas do país. Em linha com os dados de pesquisa e as diretrizes da OCDE e da BNCC, em 2018, o BC decidiu criar o Programa Aprender Valor, que vem auxiliar professores e escolas a inserirem o tema da educação financeira nas salas de aula de todo o país e, a longo prazo, ampliar o letramento financeiro da população brasileira (BCB, 2024, p. 4).

Nesse cenário, a criação do Programa Aprender Valor pelo Banco Central, em 2018, aparece como resposta concreta às lacunas evidenciadas pelas pesquisas sobre o baixo letramento financeiro no país. A iniciativa não apenas dialoga com as recomendações internacionais da OCDE, mas também oferece apoio técnico e pedagógico às escolas, que muitas vezes carecem de recursos e formação para trabalhar o tema de maneira consistente.

Mais do que introduzir conteúdos, o programa busca transformar práticas escolares e promover, ao longo dos anos, uma mudança cultural em relação ao uso do dinheiro. Isso revela uma compreensão de que o desenvolvimento do letramento financeiro não ocorre apenas pela transmissão de conceitos, mas pela vivência orientada de situações que incentivem reflexão, tomada de decisão e autonomia. Em síntese, a articulação entre BNCC e Aprender Valor mostra um movimento nacional para que a educação financeira deixe de ser privilégio de poucos e se torne uma competência básica para todos os estudantes brasileiros.

Nessa perspectiva, apresenta-se abaixo um quadro com alguns locais do território brasileiro onde o Programa Aprender Valor, voltado à educação financeira, já foi implementado incluindo a capital de Belém do Pará.

Estado / Cidade	Tipo de implementação ou participação no Aprender Valor	Fontes / Observações
Pará – Belém	Oficina de formação para técnicos municipais e estaduais em 2020; 108 escolas-piloto no estado.	Agência Pará relata que técnicos das Secretarias de Educação participaram da oficina.
Mato Grosso do Sul	Rede estadual de ensino: 80% dos municípios sul-mato-grossenses participam do programa piloto.	Secretaria da Educação de MS informa sobre engajamento em 150 escolas estaduais.
Goiás	Disciplina eletiva de Educação Financeira nas escolas estaduais do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano).	A SEDUC-GO informa que a parceria para a eletiva vem por meio do Aprender Valor.
Minas Gerais	Participação no programa piloto.	Relatório de implantação do Aprender Valor menciona Minas entre os estados piloto.
Paraná	Implementação em caráter piloto desde 2020.	Página da Secretaria da Educação do Paraná informa sobre o programa Aprender Valor no estado.
Ceará	Município / estado participante do piloto.	A Seduc-CE destaca municípios cearenses no Aprender Valor.
São Paulo (municípios)	119 municípios paulistas foram incluídos na fase piloto do programa	Capacitação de professores da rede pública para ensinar educação

		financeira. O objetivo é estimular alunos e suas famílias a desenvolverem hábitos de uso consciente do dinheiro e de poupança.
--	--	--

Fonte: Produzido pelo autor, informações disponíveis em: [Educação financeira começa a ser implementada nas escolas do Pará | Agência Pará](#) ; [Rede Estadual de Ensino é destaque de engajamento na fase piloto do Programa Aprender Valor – SED](#) ; [Escolas de Ensino Fundamental do Estado incluem disciplina de Educação Financeira – Casa Civil](#) ; [Escolas de Ensino Fundamental do Estado incluem disciplina de Educação Financeira – Casa Civil](#) ; [Aprender Valor | Secretaria da Educação](#) ; [Educação financeira: três municípios cearenses obtêm destaque no Programa Aprender Valor - Secretaria da Educação](#); [PROJETO-PILOTO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA APRENDER VALOR SERÁ IMPLEMENTADO EM MAIS DE 110 MUNICÍPIOS PAULISTAS | UNDIME SÃO PAULO](#)

O quadro apresenta um panorama da implementação do programa Aprender Valor em diferentes estados e municípios do Brasil, evidenciando que, apesar de sua presença ainda ser limitada em algumas regiões, há avanços significativos na inclusão da educação financeira nas escolas públicas. A diversidade de contextos desde oficinas de formação de técnicos em Belém (PA), até a inserção como disciplina eletiva em Goiás e a participação de centenas de municípios em São Paulo, demonstra que o programa busca se adaptar às realidades locais, oferecendo ferramentas que vão além do ensino teórico, promovendo uma aprendizagem crítica e prática. Esse levantamento reforça a importância de políticas públicas que aproximem os estudantes da compreensão do sistema financeiro, tornando-os mais preparados para enfrentar desafios econômicos e sociais, e evidencia a necessidade de ampliar a abrangência do programa para garantir que todos os estudantes tenham acesso a essa formação essencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que a educação financeira representa um componente essencial para a formação cidadã, especialmente em um país marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e educacionais. A BNCC, ao incorporar o tema de forma transversal, aponta avanços importantes no reconhecimento da necessidade de desenvolver competências relacionadas ao uso consciente do dinheiro. No entanto, a implementação dessa temática nas escolas ainda enfrenta limitações significativas, entre elas a formação insuficiente dos docentes, a

carência de infraestrutura e a tendência a reduzir a educação financeira a conteúdos matemáticos descontextualizados.

As pesquisas nacionais analisadas demonstram que o letramento financeiro no Brasil permanece em níveis preocupantes, sobretudo entre grupos vulneráveis como mulheres, idosos, pessoas de baixa renda e moradores de determinadas regiões. Tais evidências reforçam que o acesso ao conhecimento financeiro não pode ser dissociado das condições socioeconômicas que moldam as oportunidades reais de planejamento e autonomia dos indivíduos.

Nesse sentido, destaca-se a análise de Teixeira (2022), cuja compreensão ampliada sobre a importância da educação financeira é relevante, mas apresenta limites importantes. Embora o autor reconheça o papel do dinheiro na estruturação da vida social e pessoal, sua abordagem tende a enfatizar a iniciativa individual como elemento central para o sucesso financeiro.

Essa perspectiva, apesar de válida em parte, corre o risco de silenciar ou minimizar o peso das desigualdades estruturais que restringem de maneira concreta a capacidade de planejamento, poupança e investimento de grande parcela da população. Em contextos marcados por baixos salários, instabilidade laboral e ausência de políticas públicas de proteção social, o domínio de técnicas financeiras não garante, por si só, condições materiais para uma vida econômica estável. Além disso, ao associar boa gestão financeira a sucesso e competência, o discurso pode reforçar uma visão meritocrática que responsabiliza o indivíduo por dificuldades que são, muitas vezes, impostas por fatores sociais e estruturais.

Assim, torna-se evidente que a educação financeira não deve ser concebida como solução isolada para problemas econômicos, mas como parte de um debate mais amplo sobre justiça social, cidadania e acesso equitativo a oportunidades. Programas como o Aprender Valor contribuem para ampliar o acesso ao tema dentro das escolas, mas precisam estar articulados a práticas pedagógicas críticas, contextualizadas e sensíveis às realidades locais, de modo que estudantes compreendam tanto as técnicas financeiras quanto os mecanismos sociais que influenciam suas decisões econômicas.

Conclui-se, portanto, que uma educação financeira verdadeiramente significativa deve integrar conhecimentos técnicos, reflexão crítica e consciência social. Somente assim poderá contribuir para a formação de sujeitos capazes de agir com autonomia e responsabilidade, compreender o sistema econômico em que estão inseridos e participar de forma consciente e transformadora da sociedade.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório Final da Fase de Implantação do Programa Aprender Valor: 2019 a 2024*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2024. Disponível em: https://aprendervvalor.bcb.gov.br/content/config/aprendervvalor/docs_aprender_valor/Relatorio_Aprender_Vvalor_Implantacao_2019_a_2024.pdf. Acesso em: 16 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

TEIXEIRA, Pedro Augusto Andrade. **EDUCAÇÃO FINANCEIRA: ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA FAMILIAR NO BRASIL**. Dourados/MS. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/5734/1/PedroAugustoAndradeTeixeira.pdf>

TODERO, Osiris Fernando; KOGLIN, Ivete Martins; MATTANA, Rodrigo Lena. **Trilhando o caminho da educação financeira: guia prático para jovens e adultos**. Santa Maria: UFSM, 2023.

XAVIER, E. T. Educação Financeira: Reflexão, Princípios e Organização. **Kerygma**, Engenheiro coelho (SP), v. 17, n. 1, p. e01507, 2022. DOI: <https://10.19141/1809-2454.kerygma.v17.n1.pe01507>

Submissão: julho de 2025. Aceite: agosto de 2025. Publicação: novembro de 2025.